



## EREDEGALDA PRECISA FALAR<sup>v</sup>

Valéria Cristina PEREIRA\*  
Valéria MEDEIROS\*\*

### RESUMO

Em maio de 2017, o Ministério de Educação e Cultura decidiu recolher das escolas noventa e três mil exemplares do livro **Enquanto o sono não vem**, de José Mauro Brant. O Programa Alfabetização na Idade Certa (PNAIC) distribuiu o livro – voltado para alunos de sete a oito anos, do primeiro ao terceiro ano do ensino fundamental, de escolas públicas, por todo o país, após avaliação de profissionais da Educação. Um parecer técnico da Secretaria de Educação Básica (SEB) avaliou o livro editado pela Rocco como inadequado para o público alvo, por abordar o tema do incesto, amparando a decisão do MEC. A decisão controversa mobilizou gestores, educadores, críticos e até mesmo o autor. Para ele, o problema residiria na falta de capacitação dos professores para a leitura do livro em sala de aula. A polêmica envolveu e ainda deve envolver os atores citados. E em particular os não citados: as crianças, público alvo. Esta reflexão pretende retomar a polêmica tendo como principal objeto (e não como fonte) o livro que aqui representa um conjunto conhecido como contos maravilhosos e o espaço que ocupam - ou poderiam potencialmente ocupar na formação do leitor, desde as séries iniciais.

Palavras-chave: Literatura. Censura. Contos. Eredégalda. Formação do leitor.

<sup>v</sup> Artigo recebido em 05 de abril e aprovado em 09 de junho de 2018.

\* Doutora em Estudos Literários pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). Professora e pesquisadora do Programa de Mestrado em Letras do Centro de Ensino Superior de Juiz de Fora (CES/JF). Professora da Secretaria de Estado da Educação de Minas Gerais. E-mail: <valeriapereira@cesjf.br>

\*\* Doutora em Estudos da Literatura pela Pontifícia Universidade Católica (PUC-Rio) Professora e pesquisadora do Programa de Pós Graduação em Letras: ensino de Língua e de Literatura e do Mestrado Profissional em letras da Universidade Federal do Tocantins (UFT).

## 1 INTRODUÇÃO

Em 6 de abril de 2012 estreou no Brasil o filme **Espelho, espelho meu** (no original **Mirror, Mirror**) baseado no conto **Branca de Neve** dos irmãos Grimm, dirigido por Tarsen Singh, produzido por Ryan Kavanaugh e estrelado por Lily Collins e Julia Roberts. Os elementos estruturantes da narrativa são reelaborados (como acontece com várias releituras feitas pelo cinema dos contos maravilhosos nestas duas primeiras décadas do século XXI). Mas nos interessa aqui a afirmação de Julia Roberts (no papel da madrasta de Branca de Neve) em entrevistas não ter permitido que os três filhos assistissem o filme por não querer que a vissem como uma bruxa fazendo maldades. Os amigos da escola assistiram, mas eles não. “Eles sentiram que eu estava castigando-os... Mas eu não estou muito agradável no filme, então não queria assustá-los com a minha interpretação”

O ano de 2012 também registrou vários escritos e homenagens aos duzentos anos da publicação do primeiro volume dos **Contos de Grimm (Kinder und Hausmarchen)** em 20 de dezembro de 1812, com oitenta e seis histórias. Até que a sétima edição fosse publicada totalizando 211 contos em 1857, contos foram adicionados ou retirados. As primeiras edições foram severamente criticadas, não apenas pela empreitada em linguagem científica dos irmãos alemães, mas pela presença da violência e sexo, sendo consideradas incompatíveis para o público infantil, segundo a moral vitoriana que solapou o século XIX. À luz da recepção dos contos, a retirada do livro de Brant e a postura de Julia Robert não parecem tão distantes ou inéditas.

## 2 SOBRE CONTOS INFANTIS E SUA PROBLEMÁTICA

Do modo como foram e são consideradas as edições, conforme visto, críticas à higienização moral dos contos maravilhosos são comumente dirigidas aos estúdios Disney. Mas há ainda quem tenha usado deste procedimento mais remotamente. Segundo Michele Simonsen, em **O conto popular** (1984, primeira edição brasileira em março de 1987) os contos maravilhosos em voga nos salões franceses do século XVII eram

sobretudo histórias galantes inteiramente tiradas da tradição popular. Também as *Histórias ou Contos do tempo passado* (1697), que se tornaram os célebres contos de Perrault, destacam-se nitidamente na produção da época. Essa coletânea, assinada por Darmancour, é geralmente atribuída a seu pai, Charles Perrault, sem que a paternidade desses oito contos em prosa jamais tenha sido determinada de maneira certa. *A Bela Adormecida no bosque* é atribuído a Basile, que talvez se tenha inspirado no romance medieval de *Perceforest*. (...) Mas os seis outros contos, *O Chapeuzino Vermelho*, *Barba Azul*, *O gato de botas*, *As fadas*, *Cinderela*, *O Pequeno Polegar*, são todos tirados da tradição oral popular. Mas trata-se de adaptações muito literárias, e **Perrault reformulou profundamente os relatos em que se inspirou. (...) De modo geral, Perrault suprimiu tudo o que podia chocar o senso da decência** (SIMONSEN, 1987, pp. 15-16 – grifo nosso).

Logo, as transformações e as adaptações de episódios não tiveram por objetivo apenas para dar forma literária ao que circulava oralmente desde a Idade Média, mas, também, agradar aos leitores, sem perturbar o código de conduta moral vigente no século XVIII, no que obteve grande êxito.

Sua preocupação, portanto, era distinta daquela dos Irmãos Grimm. Os últimos dedicaram-se à coleta, registro por escrito e publicação dos contos populares. Filólogos situados no centro do Romantismo alemão coletaram junto às fontes orais os contos publicados em 1812 com a intenção de exemplificar suas teorias acerca da poesia **natural** em oposição à poesia **literária**. São fiéis aos documentos coletados apesar da variação entre edições e com a coleta científica dos contos populares até então inédita. Ainda segundo Simonsen, este interesse científico pode ser lido como o reconhecimento de que esta tradição estava em vias de extinção sem o registro escrito (p.19). A coleta tem sua própria história a partir dos Grimm e não nos ocuparemos dela nesta reflexão, mas o fato é que as condições, motivações e grau de fidelidade são diversos. Porém, “quanto mais antigas as coletas, mais os contos conservados são completos e trabalhados, porém menos as transcrições são fiéis a suas fontes orais, e inversamente” (SIMONSEN, 1987, p.19). No que se refere aos irmãos alemães, a combinação de versões, transformação de estilo com vistas à adaptação para crianças ocorre em 1819, o que não lhes retira o papel fundador da coleta de contos populares que a partir de então começa a ser feita metodicamente na Europa.

Portanto, a abordagem científica foi apenas um dos motivos das mudanças nas edições posteriores a de 1812. Os temas moralmente inadequados para

crianças do oitocentos (considerando que os contos foram contados para crianças e adultos durante séculos) levaram os Grimm a, por exemplo, transformar a mãe má de **Branca de Neve e Hansel e Gretel (João e Maria, no Brasil)** em madrastas. Do mesmo modo, a gravidez de Rapunzel e as visitas do príncipe inocentemente reveladas por ela mesma, ao perguntar à bruxa porque seus vestidos estavam apertados e outras referências sexuais foram retiradas, enquanto as punições violentas dos vilões, como os olhos arrancados das irmãs invejosas de Cinderela pelas pombas, eram reforçadas. Vale lembrar que a ausência do pai da Gata Borralheira, vivo e omisso na versão original, foi atenuada com sua morte.

Os cortes e as transformações de modo a mitigar o choque causado pela distância histórica, social, cultural (e porque não dizer econômica) entre o contexto de produção dos contos e o contexto da recepção de seu registro escrito foram desvelados em novembro de 2014, quando uma edição trouxe as versões originais e sem cortes nunca publicadas em inglês. Entre 1812 e 1857 (com as versões que conhecemos hoje), os contos foram lapidados ao gosto da moral burguesa, com acréscimos de referências cristãs e remoção de menções às fadas, de acordo com Jack Zipes, o editor de **The Original Folk and Fairy Tales of the Brothers Grimm**, que recupera a versão primeira e moralmente séptica com 156 contos publicada pela Princeton University Press, em entrevista ao **The Guardian**.

Zipes credita a transformação das mães em madrastas nas edições posteriores à sacralização da figura materna e especula que as mudanças feitas por Jacob e Wilhem Grimm “refletem sociologicamente a condição de seu tempo – ciúme entre uma jovem madrasta e sua enteada” uma vez que “muitas mulheres morriam no parto nos séculos XVIII e XIX e havia muitos exemplos de viúvos que se casavam novamente com mulheres mais jovens, algumas vezes em idade próxima àquela da filha mais velha do marido”.

Em meio à polêmica que parece atravessar os séculos sem mudanças substanciais, há quem identifique uma certa ironia nos Contos de Grimm. Há duzentos e 6 anos atrás os irmãos não escreveram as histórias, apenas coletaram e registraram contos que eram transmitidos de geração a geração. Fizeram isso preocupados com a crescente industrialização que poderia apagá-los. Ao mudá-los a cada edição os Grimm teriam protegido e salvo os contos maravilhosos, de acordo com o **The Christian Science Monitor**. Tal especulação nos devolve à arena dos

valores judaico-cristãos e pode aparentemente parecer um retrocesso em meio aos artigos publicados em jornais como **Der Spiegel** e o **New Yorker**, além do já citado **The Guardian**, desvelando um lado mais sombrio, mas, nem por isso, menos próximo da realidade ainda hoje, como se percebe no conto **How Children Played at Slaughtering**, no qual crianças brincam de açougueiros e uma criança morre.

Uma vez tendo traçado um breve percurso histórico (e não uma análise historiográfica, frisemos) do conto maravilhoso e o histórico de cortes e mudanças para atender valores morais vigentes desde o século XVIII,

Ao mencionar a versão pouquíssimo conhecida de **A bela adormecida**, hoje reduzida a três ou quatro páginas, devidamente esterilizadas moralmente, Eliana Yunes lembra de uma história modelar para a discussão, já que passou por cortes anteriores aos Grimm. **Sol, Lua e Tália** (1636) de Giambatista Basile e **A bela Adormecida do bosque** (1697) são consideradas as fontes primárias de **A bela adormecida** dos Grimm. **Tália** (do grego *a florescente*) morre após enfiar uma farpa sob a unha. Descoberta por um rei casado num castelo abandonado, a jovem encanta de tal maneira o monarca que **ele colhe dela os frutos do amor**, lemos em **Contos de Fadas** (2013), editado por Maria Tatas. Nove meses depois da visita do rei, **Tália é despertada de seu profundo sono quando uma das duas crianças a que deu à luz (...) suga a lasquinha de seu dedo** (TATAS, 2013, p. 110). Ao tomar conhecimento de Tália e seus filhos, Sol e Lua, a Rainha ordena sua execução, mas acaba por arder na fogueira, erguida para a jovem e as crianças.

Perraut torna a narrativa mais coerente com o decoro francês do século XVI, como dissemos anteriormente: um príncipe a desperta de seu sono profundo quando **um príncipe se ajoelha a seus pés e os dois se envolvem num caso de amor que produz uma filha chamada Aurora e um filho chamado Dia** (TATAS, 2013, p. 110). Após o casamento dos jovens, o príncipe vai para a guerra não sem antes confiar sua família à Rainha Mãe. Esta planeja assassiná-los e comê-los, mas uma camareira troca-os por animais. Quando o príncipe retorna flagra a mãe que se joga num tanque cheio de sapos e cobras.

Todo o sexo e a violência destas versões foram removidos pelos Grimm, conforme já discutido. No entanto, A Bela Adormecida torna-se a emblemática princesa apática até que uma camareira a ajude ou um príncipe a liberte. Seu sono já foi analisado por Bruno Bettelheim em **A Psicanálise dos contos de fada**, como

sendo uma preparação necessária para a vida adulta já que cai em sono profundo aos 15 anos, idade média da primeira menarca. Mas não nos desviemos do ponto: negar ao jovem leitor versões que contenham a violência e o perigo que os ronda hoje (guardadas todas as diferenças contextuais) seria ao mesmo tempo subestimar sua inteligência e perder a oportunidade de mostrar como literatura não está apartada da vida. Mais ainda, é ferramenta poderosa para lidar com situações cotidianas, neste caso, ameaçadoras.

### 3 OUTROS PROBLEMAS DA LITERATURA

Tomemos outro caminho de análise das questões da literatura para mais nos acercarmos de argumentos a favor de Eredegalda. Há pouco mais de duas décadas, o eixo que se fazia entre a literatura e a educação mudou, com o surgimento da corrente de ‘estudos culturais’ para a qual, o cânone (clássico ou modernista) fora construído sobre bases excludentes. A literatura, então, diante da constatação, passa a distanciar-se dos tradicionais conceitos de universal e nacional, vinculando-se aos critérios da diversidade. Assim, ligou-se a literaturas como a feminina, a indígena, dentre outras, terminando por realizar uma ‘pedagogia política’ no convívio, preservação, valorização e promoção dos grupos, chamados minorias, face à sua rica representação sociocultural (Souza, 2014). É na esteira desse pensamento, com consequências socioculturais e teóricas, que se torna possível a entrada do discurso “politicamente correto”.

Nesse sentido, não podemos deixar de problematizar, para assinalar, de um lado, os ganhos de tal questão e, de outro, a necessidade de mais cautela nas leituras.

...de um lado, convém mencionar o indiscutível mérito do “politicamente correto”, na contribuição para a visibilidade de comportamentos e atitudes que passariam por ‘inocentes’ ou ‘normais’. No entanto, de outro lado, é preciso destacar que, na sua forma de concepção, ele ataca apenas as consequências das diferenças socioculturais, e desconsidera a inexistência da neutralidade no discurso, partindo, sempre, da crença de que é necessário discutir, muitas vezes, o indiscutível, como veremos reverberar na literatura. É interessante perceber que o “politicamente correto” sempre reflete os interesses de algum grupo vinculado à discussão imposta, o que pode, em muitos momentos, desequilibrar o discurso (PEREIRA e SARAIVA: 2017, p.15).

Devido a isso, alguns grupos desenvolvem outras maneiras de olhar as obras literárias, inclusive a literatura infantil brasileira, como se dá com a obra de Monteiro Lobato, por exemplo. Estudando alguns momentos do cenário do “politicamente correto” e suas implicações para a literatura, deparemos com uma série de consequências geradas pela exigência dos tempos em que vivemos. Um tempo de contradições do que podemos depreender das palavras de Yunes:

Um teórico americano, chamado Stanley Fish, a propósito de uma discussão sobre o sentido e seu lugar de produção, chamou atenção para este contágio que nos identifica com nossas “comunidades interpretativas”. /.../Nunca se falou tanto em direitos pessoais, em oportunidades iguais e, ao mesmo tempo, a violência, a intolerância se disseminam entre vizinhos de casa e condomínio, entre países e organizações, ou dentro das famílias. Os jornais não desmentem a experiência./.../ (YUNES: 2013, p. 11 )

E assim alcançamos as mordanças e os patrulhamentos na literatura, pensando na obra **Caçadas de Pedrinho**, de Monteiro Lobato, e em **A triste história de Eredegalda**, do livro **Enquanto o sono não vem** de José Mauro Brant. Neste diálogo, o artigo **Monteiro Lobato e o politicamente correto**, cujos autores analisam o embate de questões étnico-raciais, em relação à obra **Caçadas de Pedrinho** (2008), oferece contribuições.

Nele, encontra-se o caso da denúncia à Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR) em 2010, motivada pela adoção do livro pela Secretaria de Estado da Educação do Distrito Federal apesar de veicular “preconceitos e estereótipos contra grupos étnico-raciais” (FERES JÚNIOR; NASCIMENTO; EISENBEG, 2013, p. 71), principalmente nas menções à personagem Tia Nastácia. Culminou na homologação do parecer do Ministro da Educação “com orientações para que o material utilizado na Educação Básica se coadune com as políticas públicas para uma educação antirracista” (Ibidem, p. 74) e as notícias veiculadas na mídia se escassearam.

Por fim, com base no conjunto de obras literárias, cartas e vínculos pessoais, concluem que Monteiro Lobato era racista, o que influencia negativamente o comportamento da criança, pois, ela compreende o mundo a partir da sua interação sociocultural e não saberia diferenciar que a linguagem pejorativa na obra fora aceita em época distante, mas agora é rejeitada. Defendem que a obra seja adaptada para o público infantil que ainda não desenvolveu a noção de tempo histórico de modo a colocar a linguagem ofensiva no passado. Ou seja, adaptar/suprimir termos na obra para tornar Monteiro Lobato “politicamente correto” ao leitor infantil contemporâneo. Será a melhor alternativa para obras com discursos semelhantes? (PEREIRA e SARAIVA: 2017, p.15)

A censura destilada sobre a obra de Lobato continuou contaminando outras obras e chegou a Eredegalda. Esta história, desde tempos mais distantes, próximo a vinte e cinco anos, pelo menos, segundo José Mauro Brant (GAZETA ON LINE, 2017), autor do livro **Enquanto o sono não vem**, a triste história vem sendo contada. Mas foi nos últimos tempos que a personagem se tornou mais infeliz, por causa da exclusão sofrida. Isso aconteceu a partir de denúncias, quanto à adequação ao público para o qual se destinava no sistema escolar, ou seja, um grupo considerado vulnerável, pois a denúncia fez-se em defesa das crianças. A esse respeito acrescentamos:

O elemento de não dominância, por si só, é o que caracteriza os chamados grupos vulneráveis. A despeito da confusão entre os conceitos de minorias e grupos vulneráveis (as primeiras caracterizadas por ocupar uma posição de minoria no país onde vivem, no sentido literal da palavra, enquanto os segundos podem se constituir de grande contingente numérico destituído de poder, mas que guarda certa cidadania e os demais elementos que poderiam transformá-los em minorias, como as mulheres, as crianças e os idosos), deixar-se-á aqui de ater-se à diferença existente, posto que, na prática, ambos sofrem sobremaneira de discriminação e intolerância por parte da sociedade. Via de regra, quando se fala em minorias e grupos vulneráveis, logo se pensa em crianças, mulheres, idosos, aidéticos, homossexuais, pessoas com deficiência. Todavia, a cada dia surgem novos grupos ou, ainda, reconhece-se tratamento diferenciado – e discriminatório – recebido por determinadas pessoas que apresentam alguma característica peculiar, como a população carcerária ou os egressos do sistema penitenciário (MORENO: 2009, p.152).

A despeito de toda a confusão de termos, interessa-nos incluir a personagem Eredegalda, de triste história, ligada a um grupo reconhecido como vulnerável, porque o discurso da censura, da patrulha e da mordança manifesta-se como defensor da criança. Nesse caso, o texto de Eredegalda, indicado pelo MEC, a partir de parecer técnico favorável, emitido pela Universidade Federal de Minas Gerais, foi considerado inadequado por alguns professores, mediadores de leitura de literatura, ao público infantil.

Desta história, recolhida da tradição oral, que envolveu polêmicas em torno do incesto, cujo tema aparece, também, na história **Pele de asno**, além de outros contos, restou a contradição, como resultado de tudo que foi visto, ao acompanharmos as discussões. Apesar de toda a situação de exclusão da história e da personagem, é sabido que para revolver entulhos, Eredegalda precisa falar.

## 4 O QUE É A LEITURA HOJE, NA PERSPECTIVA DOS ESTUDIOSOS

De maneira sucinta, o entendimento sobre leitura, atualmente, diz que as condições socioculturais conduzem à compreensão de um tipo de leitor como participante de um processo mais abrangente na elaboração de sujeitos, com particularidades inerentes aos indivíduos e aos grupos, reconhecidos em classes sociais, etnias, gênero, orientação sexual, religiosidade, dentre outros. O trabalho dessas especificidades com o leitor (isso em qualquer idade) torna-se oportunidade importante para desenvolver as potencialidades a ele inerentes, para superar os limites, fazer adquirir e valorizar a autoestima que resultam no autoconhecimento e na cidadania. Lembrando que o pensamento transcrito a seguir corrobora a linha de raciocínio adotada nesse texto.

Isto porque o texto literário é representação, e não, imitação. As referências textuais variadas, embora extraídas do sistema da realidade, não constituem uma mera cópia da realidade, mas um meio de dizer algo sobre a realidade, ainda que com ela se comunique numa relação não de oposição, mas de interação. /.../Todas as vezes em que o leitor se defrontar com trechos que lhe apresentem indefinições e o instiguem ao confronto com suas certezas, todas as vezes em que o leitor se deparar com fatos obscuros à sua compreensão ou inalcançáveis à sua lembrança, todas as vezes em que o leitor se perturbar com informações que o remetam ao mal-estar do desconhecimento, certamente ele procurará dinamizar o seu acervo pessoal, institucional ou social, acionando seu próprio repertório para que este possa interagir com o repertório do texto e assim seja capaz de decidir sobre a validade das convenções e formular as suas respostas (LIMA, 2005, p. 77).

Adiante, com outros teóricos, mais é possível a aproximação com o trabalho profícuo da leitura. Com Vygotsky, por exemplo, temos que a mente infantil detém todos os estágios para o desenvolvimento intelectual ao interagir com outras pessoas, a sociedade e suas condições de vida – pensamento mais coerente com este século XXI.

Os produtos das interações, novos conceitos e aprendizados, ao serem internalizados passam a constituir o material simbólico – extratos de recortes da realidade que permitem o acesso mediado do homem aos objetos. A partir da memorização da palavra (linguagem) e da compreensão do significado, ocorre o desenvolvimento independente com novas estruturas, formações e possibilidade de aquisição dos conteúdos científicos que exigem do aprendiz a consciência, o controle e o domínio de seu conteúdo bem como a sua relação com os demais.

Voltemos à questão que nos instiga: a remoção do livro **Enquanto o sono não vem**, sob alegação de apologia ao incesto no conto **A triste história de Eredegalda** que, ao recusar o pedido de casamento do pai e a manutenção da mãe como criada, é punida com o cárcere e lá morre de fome e sede.

Eliana Yunes, da Cátedra Unesco de Leitura da PUC-Rio, defendeu a obra e afirmou que esses contos são importantes para desenvolver a função crítica das crianças, ressaltando a importância de um mediador para a compreensão de todo texto. Mais que importante, o mediador é imprescindível:

Se formos fazer uma revisão desta natureza, não sobra nem “Branca de Neve”, nem “A bela adormecida”, originalmente engravidadas enquanto dormiam... Menos ainda Sherazade que, ao ser libertada da sentença de morte, já tinha três filhos com o sultão. É necessário mais estudo, mais compreensão do que seja arte e sua função social e menos hipocrisia no trato de problemas que nos atormentam. Crianças são mais inteligentes e perspicazes do que presumimos — concluiu.

Parece ser este mesmo o problema central: quando a literatura nos lembra dos problemas cotidianos, da violência e dos perigos a que nossas crianças estão expostas exponencialmente em tempos de tecnologia digital quando pedófilos, por exemplo, as ameaçam por trás da tela de um computador como lemos constantemente nos jornais ou redes sociais o que fazer com ela? Usar o conto através da mediação da leitura para alertá-las ou erradicar o livro das escolas? Campanhas contra a pedofilia e casamento infantil entre outras ameaças e abusos contra crianças e jovens são feitas de várias formas, em todo o mundo, seja pelo governo, por ongs ou via tematização em filmes e novelas.

## 5 EREDEGALDA PRECISA FALAR

Eredegalda é uma das três filhas de um rei, personagem do conto já antes citado, que traz no enredo o desejo do pai de, com a filha, casar-se. Como já dito, é um conto recolhido da tradição oral e que traz da realidade, envolto por mitos símbolos e alegorias, a temática do incesto. Por esse motivo, é um conto com leitura carregada de dificuldades para os despreparados com relação ao tema da complexidade da formação do leitor, das artimanhas dessas narrativas e dos elementos literários.

Uma incursão pela web, mostra expressiva quantidade de interpretações equivocadas acerca da história, desconsiderando a integralidade do conto, os estudos de literatura, a possibilidade das (super) interpretações, além de todo tipo de equívoco possível no cenário da compreensão textual. Basta acessar os buscadores e deparar com os conteúdos referidos. Entre tantos e inúmeros, alguns chamam a atenção pelo nível de desconhecimento do tema da leitura e de questões relacionadas à formação do leitor. São comentários e interpretações, por exemplo, que condenam Eredegalda, argumentando que as **crianças podem achar o incesto normal, já que existe um livro na escola que trata do tema**. Algo e tudo causam estranheza: não há empiria alguma nos argumentos. Não há pesquisa com leitores. Não há busca por conhecimento sobre a temática. Há, sim, **moralismos, achismos** e muitas **opiniões** de não especialistas. Há, também, por outro lado, depoimentos de alguns leitores que desmentem as hipóteses e, pior, verdades equivocadas levantadas pelos (não) especialistas, porém estes não são considerados pelos donos das verdades.

Frente a isso, propomos um exercício de ainda muito aprendizado com as narrativas, pois falhamos, ao repetir erros que poderíamos evitar, caso aprendêssemos com os acontecimentos encadeados em diferentes histórias. Mas estamos sempre a repeti-los. Caso fôssemos capazes de aprender com as histórias, jamais apagaríamos a possibilidade, oferecida pela leitura, de requalificar o feminino, sob os olhos do machismo, que insiste em desqualificá-lo. No caso da história de Eredegalda, as próprias mulheres a sua volta desprezam seu sofrimento e não reagem ao masculino perverso, isto é, não promovem o enfrentamento necessário. E não há gratuidade em tal comportamento. O que aprendemos com isso?

É muito clara no conto a omissão de todos à volta da personagem principal, pois ninguém quer enfrentar o pai incestuoso. Não seria o caso de a escola conseguir enfrentar a possível dificuldade com a leitura do conto, mediando a questão, para não se omitir justamente como aqueles que rodeiam o pai e a filha? No conto, por causa da omissão, a protagonista morre, sem conseguir o copo d'água que tanto pede. A dor de Eredegalda a leva a chorar **lágrimas de sangue**, enquanto o sal da carne e a falta da água desidratam-na, levando-a para a morte inevitável.

O fato é que, censurando e silenciando Eredegalda, acabamos por silenciar, em rede, não somente a discussão sobre o tema do incesto, como acreditam os

(des) informados, mas, também, as possíveis falas dos leitores que, talvez, a escola conseguisse ouvir e entender, a partir da mediação de profissionais, com aprofundamento no tema da leitura e escuta sensível.

Na ficção e na realidade, podem-se aproximar as situações de omissão, à medida que, excluindo o conto e calando a personagem, a escola deixa de oportunizar aos leitores momentos para serem ouvidos em suas percepções e compreensões acerca das circunstâncias que envolvem a vida real e ficcional. Talvez o copo d'água dado pela escola, para impedir que os leitores morram secos seja exatamente este momento de atenção com a fala dos leitores vinda da leitura do conto, proporcionando a eles a escuta que lhes falta em muitos contextos de vivência fora da escola.

Perguntamos: a quem protegemos, quando calamos Eredegalda? A criança ou os reis da atual realidade, escondidos, mesmo dentro das famílias? Na esfera dessa discussão, articula-se incesto e abuso, questão grave para muitas crianças, e que se liga ao texto da personagem Eredegalda. Puxando um fio para a exposição feita no texto de Caroline Oliveira, destacamos a seguir, pelas palavras da autora, que o tema do abuso é um tabu. Além do mais, existe a dificuldade para as mães que denunciam os abusadores, pois podem, ainda, serem acusadas de alienação parental.

Outro fator é a dificuldade de se comprovar os crimes de abuso sexual contra vulneráveis. Isso porque, explica a advogada, os crimes “ocorrem às escondidas, é tabu, as crianças não sabem expressar o que aconteceu, têm medo de quem abusa delas”. Cruz também vê uma tendência machista no Judiciário. Para a advogada, a mulher é desqualificada ao denunciar o ex-companheiro. “É incrível como ainda nos dias de hoje a forma de desqualificar a mulher seja a mesma de séculos atrás, representando a mulher como mentirosa, vingativa, louca e histérica”, diz. Para a psicóloga lencarelli, as mães são desqualificadas, “porque as pessoas preferem desacreditar nas mães do que se deparar com o horror do abuso sexual e, por isso, tendem a negar (o abuso)”. (OLIVEIRA, Caroline: 2017)

Como vemos, a decisão relacionada à (não) leitura de um texto, longe de se apresentar como fato isolado no tecido sociocultural<sup>1</sup>, está amarrada a uma rede de relações que pode desencadear consequências para muitos leitores.

<sup>1</sup> 18 de maio é, no Brasil, o Dia Nacional de Combate ao Abuso Sexual e à Exploração de Crianças e Adolescentes. Os direitos humanos continuam apoiando as campanhas, mas o recolhimento do livro nos faz pensar na existência de uma Escola que se coloca na contramão da defesa desses direitos, despreparada para lidar com as questões humanas de maior complexidade.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para o leitor de hoje é urgente abandonar em definitivo a condição de mero receptor (como era até o século XX) e assumir a condição de sujeito. O leitor é influenciado por discursos ideológicos inconscientes, mas coerente nas ações particulares e sociais, solidário ao outro a quem altera e do qual se permite alterar (YUNES, 2005).

A questão da leitura na contemporaneidade se coloca na confluência das interpretações, na urgência de transformar meros receptores em leitores, sensíveis às menores vibrações lógicas, de modo que textos e discursos deflagrem nele a mobilização dos sujeitos históricos. Não estamos mais no espaço da interpretação exegética, mas no espaço da comunicação expressiva, da interação entre *obra e leitor* (YUNES, 2005, p. 102 – grifos da autora).

No fragmento, encontramos respaldo para o modo de pensar as questões aqui debatidas, o que, também, aproximaria nossos argumentos das ideias de Antonio Candido, reservando a todos **o direito à literatura**. É preciso debater questões e, muitas vezes, andar por caminhos espinhosos, sem, no entanto, poder abrir mão da discussão. Avanços virá no conforto, mas no debate, pela crise. Delimitações e definições das categorias infantil, infanto-juvenil, juvenil e adulto são objeto de estudo de vários autores. Para alguns, é possível determinar as idades exatas do início e término de cada fase. Entretanto, segundo Dayrell, **é muito variada a forma como cada sociedade, em um tempo histórico determinado, e, no seu interior, cada grupo social vai lidar com esse momento e representá-lo** (DAYRELL, 2003, p. 42).

Face a todo o exposto, vislumbramos a reafirmação de lugares críticos para o leitor contemporâneo, dialogando com o texto e com o mundo, nesse caso, com a temática presente na história do conto popular de Eredegalda. A leitura, a compreensão e a interpretação dos textos precisam de constante reflexão, conseguida na experiência da leitura. Aqueles que não são especialistas devem procurar estudar mais as questões que envolvem leitura e literatura, buscando instrumentalizar-se para ter condições de mediação entre os textos e os leitores, contribuindo, assim, para a formação do leitor. Deixemos Eredegalda falar!!!

## EREDEGALDA NEEDS TO SPEAK

### ABSTRACT

In May 2017, the Ministry of Education and Culture decided to collect from the Brazilian schools ninety-three thousand copies of José Mauro Brant's book. The Literacy Program in the Right Age (PNAIC) distributed the book - aimed at students ranging from 7 to 8 years old, from the first to the third year of elementary education in public schools throughout the country, after evaluation of education professionals. A technical opinion from the Secretariat of Basic Education (SEB) evaluated the book edited by Rocco as inappropriate for the target audience by addressing the issue of incest, supporting the MEC's decision. The controversial act mobilized education authorities, educators, critics and even the author. According to his viewpoint him, the problem would lie in the lack of capacity of teachers to properly read the book in the classroom. The controversy involved and still must involve the mentioned actors. And in particular the unnamed: the children, the target audience. This reflection intends to resume the polemic having as object (and not as source) the book that represents here a set of the stories known as fairy tales and the space they occupy - or could potentially occupy in the formation of the reader from the initial series.

Key-words: Literature. Censorship. Short stories. Eredegalda. Formation of the reader.

### REFERÊNCIAS

Autor de livro atribui polêmica à falta de capacitação de professores. **Gazeta online**. Disponível em: <<http://www.gazetaonline.com.br/noticias/cidades/2017/06/autor-de-livro-atribui-polemica-a-falta-de-capacitacao-de-professores-1014062096.html>> Acesso 15 de julho de 2017.

BETTELHEIM, Bruno. **A psicanálise dos contos de fada**. Paz e Terra: Rio de Janeiro, 1996.

BRANT, José Mauro. **Enquanto o sono não vem**. Ilustrações de Ana Maria Moura. Rio de Janeiro: JPA, 2013. (Quem quiser que conte outra). Paulo: Palas Atena, 1990.

CEALE- Centro de alfabetização, leitura e escrita. FAE/UFMG. **Nota Técnica sobre o livro: Enquanto o sono não vem**, de José Mauro Brant. 01 de junho de 2017.

Disponível em:

<<http://ceale.fae.ufmg.br/app/webroot/files/uploads/Random/Nota%20t%C3%A9cnica%20livro%20Enquanto%20o%20sono%20n%C3%A3o%20vem.pdf>>

DAIRELL, J. O jovem como sujeito social. **Revista Brasileira de Educação. Rio de Janeiro**, n. 24, dez. 2003, p. 40-52. Disponível em:

<<http://www.scielo.br/pdf/%0D/rbedu/n24/n24a04.pdf>>. Acesso em: 16 set. 2009.

DINIZ, J. O sujeito observador. In: YUNES, E. (Org.). **Pensar a leitura: complexidade**. 2. ed. São Paulo: Loyola, 2005. p. 110-113.

FERES JÚNIOR, J.; NASCIMENTO, L. F.; EISENBERG, Z. W. Monteiro Lobato e o politicamente correto. **DADOS**, Rio de Janeiro, v. 56, n. 1, 2013. p. 69-108.

Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/dados/v56n1/a04v56n1.pdf>>. Acesso em 18 mar. 2017.

LIMA, V. L. R. de S. A formação de repertório de leituras. In: YUNES, E. (Org.). **Pensar a leitura: complexidade**. 2. ed. São Paulo: Loyola, 2005. p. 76-78.

LOBATO, Monteiro. **Caçadas de Pedrinho**. Rio de Janeiro: Globo, 2009.

MORENO, Jamile Coelho. Conceito de minorias e discriminação. **Revista USCS – Direito – ano X - n. 17 – jul./dez. 2009**. Disponível em

<[http://seer.uscs.edu.br/index.php/revista\\_direito/article/view/888](http://seer.uscs.edu.br/index.php/revista_direito/article/view/888) > Acesso 20 de maio de 2017

OLIVEIRA, M. K. de. O problema da afetividade em Vygotsky. In: LETAILLIE, Y.; OLIVEIRA, M. K. de; DANTAS, H. **Piaget, Vygotsky, Wallon: teorias psicogenéticas em questão**. São Paulo: Simus, 1992. p. 75-84.

OLIVEIRA, Caroline. Mães são acusadas de alienadoras ao denunciarem abusos contra os filhos. **Revista Carta Capital**. 14/10/2017

Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/sociedade/maes-sao-acusadas-de-alienadoras-ao-denunciarem-abusos-sexuais-contras-eus-filhos>

Acesso 09 de janeiro de 2018.

PEREIRA, Valéria Cristina Ribeiro e SARAIVA, Elisabeth Marsha de Sousa. A formação do leitor e o discurso do “politicamente correto”: uma leitura revisitada. In: **LER- Leitura em revista**. IILer/ PUC-Rio. Rio de Janeiro. 2017. nº 12. Pág 10-23.

Disponível em: <http://ler.iiler.puc-rio.br/index.php/LER/article/view/18>

Acesso 18 de janeiro de 2018

SIMONSEN, Michele. **O conto popular**. São Paulo: Martins Fontes, 1987.

SOUZA, R. A. Q. de. A confluência literatura/educação: suas realizações históricas. **Gragoatá**, Niterói, 2 sem. 2014, n. 37, p. 201-211. Disponível em:

<<http://www.gragoata.uff.br/index.php/gragoata/article/download/132/359>>. Acesso em: 07 set. 2016.

TATAS, Maria (ed.). **Contos de Fadas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2013.

TENFEN, Maicon. **Livro recolhido pelo MEC não é apologia do incesto. É seu oposto.**

Disponível em:

<<https://veja.abril.com.br/educacao/livro-recolhido-pelo-mec-nao-e-apologia-do-incesto-e-seu-oposto/>>

Acesso 25 de janeiro de 2018.

YUNES, E. Elementos para uma história da interpretação. In: YUNES, E. (Org.).

**Pensar a leitura: complexidade.** 2. ed. São Paulo: Loyola, 2005. p. 97-103.

YUNES, Eliana. Um ensaio para pensar a leitura. **Verbo de Minas.** Juiz de Fora, v. 14, n. 23. p. 5-18, jan./jul. 2013.

ZIPES, Jack. **Fairy Tales and the art of subversion:** the classical genre for children and the process of civilization. New York: Routledge, 1983.